

A INSUPORTÁVEL PRESENÇA DO PROJETO MODERNO

CARLOS ROBERTO WINCKLER

O lançamento recente de "A Condição Pós-Moderna" do geógrafo norte-americano David Harvey, conhecido no Brasil por sua obra "Cidade e Justiça Social" recoloca o debate modernismo e pós-modernismo em termos mais justos, ao procurar restabelecer a análise de práticas culturais, considerando suas bases materiais sob um ponto de vista do materialismo histórico.

O pós-modernismo é visto como uma etapa da modernidade. Harvey resgata a noção de Baudelaire, de que o modernismo, como movimento estético, resulta da tensão entre o efêmero e o eterno. A pós-modernidade seria o reino do efêmero, do volátil, do simulacro e da imagem, a expressão conceitual da acumulação flexível do capital. Mas não nos adiantemos em demasia.

A consciência de que a vida moderna é caracterizada pela mudança, pela sensação de fragmentação, pelo movimento transformador do capital é expresso por Marx no manifesto, quando diz que "tudo que é sólido se desmancha no ar", tema recuperado por Marshall Berman ao salientar que este sentimento foi e é experienciado por escritores e artistas de diferentes períodos.

Harvey estabelece a cronologia da modernidade situando seu alvorecer no século XVI e alcançando seu ponto máximo na Ilustração com seus ideais utópicos de desenvolver "uma ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas" (Habermas, apud Harvey).

Mas o projeto iluminista sempre teve seus críticos. Conservadores como Burke censuravam seu racionalismo abstrato, Weber enfatizava o triunfo da racionalidade instrumental e da burocratização como consequência do Iluminismo; Adorno e Horkheimer viam no Iluminismo um projeto transepocal de repressão do homem e da natureza; Foucault critica o Iluminismo como um projeto repressivo de disciplina que aprisiona o homem no cotidiano, e mais recentemente um pós-moderno como Lyotard identifica no Iluminismo um projeto excessivamente totalizante.

R.FAMECOS	PORTO ALEGRE	N.1	p. 60-64	SETEMBRO1994	SEMESTRAL
-----------	--------------	-----	----------	--------------	-----------

REVISTA FAMECOS

Marilena Chauí, uma boa leitora de Harvey, assinala que o modernismo começa, onde a modernidade iluminista foi implodida pela luta de classes. O processo revolucionário de 1848, a primeira grande crise de sobre acumulação do capital, a expansão do capital financeiro, sem referência a valores tangíveis relativizaram a noção de representação fixa, oriunda do Iluminismo. Abre-se um intenso período de experimentação que atinge sua máxima expansão após 1890 em diferentes áreas artísticas e científicas. Articulado a esse experimentalismo tem-se o prestígio da máquina, da técnica, do plano, da eficiência. Em resumo, o modernismo assumiu um perspectivismo e um relativismo múltiplos como sua epistemologia, para revelar o que ainda considerava a verdadeira natureza de uma realidade subjacente unificada, mas complexa (Harvey, pág. 38).

O modernismo entre-guerras expressa com toda a sua dramaticidade a tensão efêmero-eterno, o heroísmo assediado pela sensação de desastre. Se há queda das crenças iluministas, ao mesmo tempo há a vertigem da desordem que se traduz em diferentes projetos modernistas que buscam superar a contingência: o modernismo racional-progressista (a utopia da Bauhaus, Le Corbusier), o modernismo revolucionário de inspiração marxista (Bloch, Benjamin), o modernismo reacionário (Carl Schmitt, Martin Heidegger, Ernst Jünger).

O modernismo pós a segunda Guerra Mundial organiza-se como prática estético-cultural estreitamente ligada aos parâmetros vigentes de organização capitalista entre 1945 e 1972: Estado de Bem-Estar Social como modelo de desenvolvimento e forma de hegemonia burguesa, a um tempo revolucionária e passiva, que politiza e integra as massas trabalhadoras e reforma as relações entre as classes nos países capitalistas avançados. Este modelo possui enfoque redistributivista, políticas sociais amplas, consumo de massa, políticas de pleno emprego; elementos articulados a formas tayloristas e fordistas de produção que possibilitam melhor controle disciplinar dos trabalhadores na produção e seu acesso ao consumo padronizado visto como justiça distributiva.

O modernismo resultante era "positivista, tecnocêntrico e racionalista", imposto como obra de uma elite constituída por planejadores, arquitetos, artistas, críticos de gosto refinado (Harvey, pág. 42). Neste contexto, surgiram os movimentos de contracultura, ante-modernistas e anti-modernistas dos anos 60 que prenunciam o pós-modernismo. O pêndulo de Baudelaire inclina-se fortemente no

sentido do efêmero e do fugidio e desta vez nem ao menos se refere como oposição ao imutável. "O pós-modernismo nada, se esboja nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança como se isto fosse tudo o que existisse" (Harvey, pág. 49).

Entram em cena as críticas do Iluminismo, ao Marxismo, ao Freudismo como metas narrativas, entendidos como esquemas explicativos totalizantes (Lyotard); a atenção nas micropolíticas das relações, o social passa a ser compreendido como uma pluralidade de espaços incomensuráveis, justapostos ou superpostos uns aos outros (Foucault), a importância dos chamados novos movimentos sociais (ecológico, feminista, regionalista, negros, gays) e a preocupação com a estabilidade da linguagem.

Ainda que admita a pertinência de certas colocações dos pós-modernos, Harvey ressalta que não se pode perder de vista a noção de totalidade, que a aceitação da fragmentação, do pluralismo e de outras vozes coloca com toda intensidade o problema da comunicação e os meios de exercício do poder. Além do mais existe permanentemente a possibilidade que as diferenças sejam assimiladas pelo mercado capitalista, dada a aceleração do processo de produção ou de que a ação política submerja nos limites do paroquialismo ou de alguma comunidade interpretativa.

A emergência da pós-modernidade coincide com a crise do fordismo a partir dos anos 70. Na passagem, ainda não completada, da acumulação com base no fordismo e nas regras do Estado de Bem-Estar Social, para a acumulação flexível e na desregulamentação do Estado. Vale dizer: flexibilidade dos processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo, unidades fabris descentralizadas, com o objetivo de máximo encurtamento de retorno de capital, que implica níveis relativamente altos de desemprego estrutural, retrocesso do poder sindical e desregulamentação estatal.

Até o momento, isto provocou, não a plena hegemonia da acumulação flexível, mas a recombinação de velhos elementos dentro da lógica de acumulação capitalista.

A articulação entre a acumulação flexível e pós-modernismo evidencia-se segundo Harvey na intensa experiência da compreensão do tempo e do espaço. A aceleração do tempo de giro na produção envolve igualmente acelerações na troca e no consumo. O aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e do fluxo de

informações possibilitam a crescente velocidade na circulação de mercadorias e da moeda. A área de consumo se acelera e se diversifica em variados estilos de vida e consumo de serviços. Impõem-se como valores a volatilidade, a efermeridade, o descartável, intensificados pela manipulação do gosto e da opinião pela mídia. A imagem, por sua vez, também toma-se mercadoria além de legitimar o poder público e privado. Em seus últimos escritos, Baudrillard chega ao extremo de afirmar que as mercadorias culturais já não têm relação com nenhuma realidade.

Atingi-se o paradoxo de que quanto menos importantes os limites espaciais, dada a globalização do capital, maior a sensibilidade do capital às variações de lugar no espaço. O resultado tem sido a produção da fragmentação e do desenvolvimento desigual no interior de uma economia capitalista global. A complexidade adensa-se, quando se leva em consideração o aprofundamento da desmaterialização da moeda que possibilitou a internacionalização financeira, agravando a crise de representação.

Apreendida como crise global, a compressão espaço-tempo desdobrou-se em várias respostas a um presente conturbado: fuga para o niilismo, atitude de suspeição com teorias globalizantes, simplificação ideológica, ação política limitada com abandono do horizonte universal de valores de justiça e liberdade.

Nada disto impede Harvey de salientar a crise do materialismo histórico na perspectiva da velha esquerda, em particular dos velhos PCs, como da nova esquerda que acreditava tornar-se a alternativa à velha esquerda, enfatizando a política cultural e desprezando a análise das novas condições de acumulação do capital ou de relações de classe.

Harvey destaca a necessidade de uma concepção dinâmica da teoria e do materialismo histórico, destacando quatro tarefas possíveis: os temas da alteridade e da diferença devem estar presentes desde o início em toda a tentativa de apreensão da mudança social; reconhecer que a produção de imagens e discursos é parte integrante da reprodução e da transformação de toda a ordem simbólica; as dimensões do espaço e do tempo se tomaram vitais como forças organizadoras do capitalismo; o materialismo histórico deve ser um modo de pesquisa aberto e dialético.

O autor coloca-se decididamente na trilha dos modernos que compreendem que "o presente só é válido em virtude das potencialidades do futuro".

Referências Bibliográficas

- HARVEY, David. A Condição Pós Moderna. Loyola, SP, 1993.
HERF, Jeffrey. O Modernismo Reacionário. Ensaio, SP.
CHAUI, Marilena. Pós-Modernismo, modernismo
e marxismo, in: A Criação Histórica. Artes e Ofícios,
Porto Alegre, 1992.

CARLOS ROBERTO WINCKLER

Professor da FAMECOS-PUCRS;

Sociólogo da FEE.